

POR AÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS NA ESCOLA

Rita de Cássia Leitão Santos¹

Resumo: As Artes e a cultura, atreladas a educação, funcionam como complemento às diversas formas de desenvolvimento da aprendizagem e do conhecimento. São, portanto, importante mecanismo de inclusão social. O projeto de pesquisa em andamento está no início com o levantamento de base teórica em conformidade com propostas do programa Pós-Crítica e suas disciplinas. Este projeto objetiva analisar como educandos do ensino fundamental II podem apreciar, vivenciar, experienciar, aprender e difundir conhecimento em arte e cultura, aliando a tecnologia digital como instrumento de mediação cultural, na realidade escolar pós-pandemia. Esse texto vai tratar da importância da potência do ensino de arte fortalecendo a cultura, para transformar integralmente o estudante e refletir sobre a importância de ações culturais no âmbito da educação. Parte-se da constatação de que políticas em educação e cultura caminharam juntas por um período, ainda que em diferentes governos. O governo Lula teve uma atuação político-cultural potente, porém, os avanços em educação e cultura alcançados na sua gestão, sofreram processos de cancelamento a partir do golpe parlamentar em 2016 e culminou com a extinção do Ministério da Cultura quando da chegada da extrema direita ao poder. A conceituação teórica teve como princípio os conceitos de cultura a partir de Laraia (2006), Chauí (2000) e Botelho (2007). Para referências em Arte, Barbosa (1996), Lavelberg (2003) e Duarte Jr (1994) além de Silva e Midlej

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa 2: Letramentos, Identidades e Formação de Educadores. Orientador: Prof. Dr. Osmar Moreira dos Santos. Endereço eletrônico: prossa_6@hotmail.com

(2011) e Rubim (2019) em políticas culturais e cenário político.

Palavras-Chave: Cultura. Arte. Educação. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Este texto faz parte de levantamentos de base teórica do projeto de pesquisa em andamento, em conformidade com propostas do Programa Pós-Crítica e seus componentes curriculares. Nunca é demais discutir e refletir no entendimento de que a cultura é um instrumento necessário para o desenvolvimento econômico e social de uma sociedade. Antes de abordar o tema propriamente dito, arte e cultura no espaço escolar, trago a título de conhecimento, o que preconiza a legislação brasileira sobre educação, cultura e escola. A Constituição Federal garante a educação como direito social em seu artigo 205. “A educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988). Ainda segundo esta lei, na seção II. Art. 215. “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996, traz em seu capítulo II, artigo 22. “A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. (BRASIL, 1996). Portanto, a legislação brasileira recomenda a necessidade de um trabalho escolar que empreenda

uma educação que dê respostas às demandas sociais. Como docente da Educação Básica, vivenciando o atual contexto da educação brasileira, de início trago os seguintes questionamentos: O Estado tem garantido para todos os cidadãos o direito à educação? A escola tem cumprido seu papel social? O ensino de Arte² recebe a devida atenção no currículo escolar? O acesso à cultura e aos bens culturais se faz presente no projeto educacional?

Em busca de respostas, mas sem entrar no mérito de temas tão importantes como a “educação brasileira” e a “função social da escola”, trago de forma breve, à luz de alguns teóricos da educação, qual a função da escola, para em seguida tecer reflexões a partir de estudos referentes a esse tema, que perpassa toda minha trajetória como docente da educação básica.

Como professora de Arte Visual em escola do Sistema Municipal de Educação de Salvador, insisto na preocupação de afirmar a escola como espaço cultural e artístico, a partir de um trabalho com formação estética e mediação em cultura. A pesquisa está em fase inicial, mas na oportunidade deste texto, gostaria de refletir no sentido de discutir a necessidade de políticas culturais atreladas à educação e ações culturais no espaço escolar, como de fundamental importância para a formação integral do educando. Acredito na educação como objeto de mudança, rompimento de padrões e transformação social juntamente com a potência do ensino de Arte de forma multi e intercultural, como de grande relevância no espaço escolar. Ainda sobre a LDBEN nº 9.394/1996, em seu artigo 1º: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. (BRASIL, 1996).

² Grafa-se Arte ao referir o componente curricular, nos demais grafa-se arte.

Partindo desta observação entende-se que, como instituição de ensino, considera-se que o papel social da escola é educar. Isso se dá através de ações educativas escolares, ocorrendo assim, a educação formal. A educação exerce um papel significativo para a formação do indivíduo e, nesse sentido, ela deve possibilitá-lo a acessar e dominar diferentes códigos culturais. Como vimos, inicialmente, a Constituição brasileira prevê a educação como direito de todos, a lei de Diretrizes e Bases da Educação prevê que a escola tem a função de formar o cidadão e estabelece que a educação abrange processos de formação que se desenvolvem dentre outros, na convivência e nas manifestações culturais. Entre educação e cultura existe uma forte relação, já que toda forma de educar é feita de uma pessoa para outra, entendendo-se assim, que nessa relação acontece comunicação e transferência de conhecimentos.

[...] se toda educação é sempre educação de alguém por alguém, ela supõe sempre também, necessariamente, a comunicação, a transmissão, a aquisição de alguma coisa: conhecimentos, competências, crenças, hábitos, valores, que constituem o que se chama precisamente de “conteúdo” da educação. [...] devido, então, a que este conteúdo que se transmite na educação é sempre alguma coisa que nos precede, nos ultrapassa e nos institui enquanto sujeitos humanos, pode-se perfeitamente dar-lhe o nome de cultura (FORQUIN, 1993, p. 10).

No mundo contemporâneo, a escola tornou-se um importante espaço de socialização. Nessa relação entre educação e cultura, a escola passa a ser um “estabelecimento” com o papel de transmitir elementos culturais e reproduzir e/ou transformar normas sociais e políticas. Fica clara, nesse ponto, a necessidade de reconhecer a dimensão da cultura como um dos alicerces da

educação escolar e assim, dada a importância, compreender como acontece esta relação no dia a dia dentro desse espaço.

A educação e a cultura brasileira vêm sofrendo ataques e desmontes, desde o golpe sofrido pela presidente Dilma Rousseff em 2016, ocasionando com a ascensão da extrema direita brasileira ao poder nas eleições gerais de 2018. Além desse contexto, o mundo foi acometido pela pandemia da Covid-19, a qual escancarou as desigualdades sociais em todos os cantos do mundo e aqui, no Brasil, vemos a cada dia esse aprofundamento, principalmente ao nos determos no tema educação. Estes fatos, o governo fascista a que estamos submetidos e o acometimento da pandemia, apresentam-se como enorme desafio frente às questões que envolvem a arte e a cultura.

ESCOLA, UM ESPAÇO CULTURAL

Em minha prática docente vivenciando o espaço escolar, o cotidiano revela uma enorme exclusão socioeconômica que repercute também na exclusão desses indivíduos que acessam a escola, do campo do consumo de bens artísticos e culturais, seja no próprio bairro em que vivem ou no entorno, seja de forma mais abrangente pela cidade, no que diz respeito ao acesso a equipamentos culturais. Essa constatação é fruto da forma negativa e excludente como o poder público no Brasil trata o acesso às artes em suas diferentes linguagens e traz como consequência, uma sociedade que se situa distante da educação, da arte, da cultura bem como da vivência, experiência e fruição de bens culturais. É nesse contexto que seguimos resistindo e lutando contra as práticas do atual governo federal e suas ramificações pelo país, que, ainda que conhecedores da existência das leis, seguem no intento de destruir a nossa educação e a nossa cultura, ao reforçar a marginalização daqueles que já se encontram na

periferia social, e os agora expostos, denominados “invisíveis” devido a pandemia da Covid-19, pelo escancaramento das desigualdades sociais. São os povos indígenas, o povo negro, os pobres, as mulheres, a população LGBTQIA+ e demais que sofrem outras discriminações sociais.

A arte e a cultura estão sempre presentes em nosso cotidiano, no universo dos estudantes também, ainda que estes não percebam. Para muitas pessoas, principalmente os estudantes, é difícil entender sobre arte e cultura visto que, há em seus conhecimentos, que ambas são “coisa de rico” e dessa forma se colocam distante do acesso a bens culturais e assim, consideram que a arte no contexto escolar é um mero entretenimento, é a aula passatempo.

De forma a compreender o porquê não devemos dissociar a arte da cultura e ver a escola como um espaço cultural, vejamos os conceitos de arte e cultura. De acordo com o dicionário etimológico³, a origem da palavra arte é do latim *ars*, que significa literalmente “técnica”, habilidade natural ou adquirida ou a “capacidade de fazer alguma coisa”. De acordo com Barbosa (1996, p. XII), “a vida humana se confunde em suas origens, com as manifestações artísticas: os primeiros registros que temos de vida inteligente sobre a terra são, justamente, as manifestações artísticas do homem primitivo”. Assim, como uma forma de registro, de se expressar e representar situações, emoções e acontecimentos, a arte está ligada profundamente ao ser humano, desde o início, na pré-história, expressando sensações, ideias, emoções, sentimentos e percepções.

³ Fonte: www.dicionarioetimologico.com.br/arte. Acesso em 03/03/2022.

A arte é qualquer atividade humana ligada a estética, feita a partir de emoções, percepções e ideias, com o objetivo de estimular o interesse ou intrigar outras pessoas, além de criar uma discussão crítica sobre alguma coisa. Ao criar um objeto artístico, o artista está refletindo ideias de um grupo, uma comunidade, um coletivo. A pessoa que faz arte, busca em sua experiência de mundo o que a levou a criar aquela obra. Esta arte faz parte do conjunto de valores sociais criados no entorno dos fazeres do cotidiano. Isso revela que a arte está engajada na subjetividade do artista, mas também nas manifestações da vivência cultural.

Quem faz arte busca em sua experiência de mundo o porquê foi levada/o a criar aquela obra. Esta arte faz parte do conjunto de valores sociais criados no entorno dos fazeres do cotidiano. Isso revela que a arte está engajada na subjetividade do artista, mas também nas manifestações da vivência cultural. Conforme Edgar Morin:

As artes levam-nos à dimensão estética da existência e - conforme o adágio que diz que a natureza imita a obra de arte- elas nos ensinam a ver o mundo esteticamente. Trata-se, enfim, de demonstrar que, em toda grande obra, de literatura, de cinema, de poesia, de música, de pintura, de escultura, há um pensamento profundo sobre a condição humana (MORIN, 2004, p. 45).

E, segundo Iavelberg:

A arte constitui uma forma ancestral de manifestação e sua apreciação pode ser cultivada por intermédio de oportunidades educativas. Quem conhece arte amplia sua participação como cidadão, pois pode compartilhar de um modo de interação único no meio cultural (IAVELBERG, 2003, p. 9).

A cultura como fator de desenvolvimento social, apresenta as atividades culturais que são realizadas com objetivos

socioeducativos de diversas formas, a exemplo de ser uma ferramenta do sistema educacional, estimular atitudes críticas e atuação política para enfrentar problemas sociais em sua diversidade. Nessa concepção, a arte e a cultura, potencializadas na escola, podem desenvolver a cidadania cultural do sujeito, ampliando sua visão de mundo.

Sobre o conceito de cultura, não é simples defini-lo. É um termo complexo e importante para as ciências humanas. Entende-se por cultura, o conjunto de valores, pensamentos, artefatos e objetos artísticos, manifestações artísticas materiais e imateriais de um determinado povo ou nação. Por ser estudada em áreas como: sociologia, antropologia, história, economia, comunicação dentre outras, apresentarei aqui conceito antropológico e sociológico por força do tema abordado que envolve educação e cultura. De forma breve, vejamos alguns conceitos a exemplo de Laraia, que nos esclarece acerca dos antecedentes históricos do conceito de cultura e cita os termos *Kultur* (germânico) e *Civilization* (francês) que foram sintetizados por Edward Tylor (1832 – 1917), em que:

[...] no vocábulo inglês culture, que “tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (apud LARAIA, 2006, p.25).

Marilena Chauí refere-se à cultura como modo de vida:

[...] A cultura é a criação coletiva de ideias, símbolos e valores pelos quais uma sociedade define para si mesma o bom e o mau, o belo e o feio, o justo e o injusto. [...] A cultura se realiza porque os humanos são capazes de linguagem, trabalho e relação com o tempo. A cultura se manifesta como vida social, como criação das obras de

pensamento e de arte, como vida religiosa e vida política (CHAUÍ, 2000, p. 61).

Entendendo e compreendendo que a cultura faz parte de nossa existência, que somos seres que possuímos hábitos e desenvolvemos diferentes significados, possuímos capacidade de criar, desenvolver e transformar a cultura, dessa forma, não há por que dissociar cultura de arte e cultura de educação. A concepção de cultura no fator das criações e manifestações artísticas segundo Botelho:

Vale nesta linha de continuidade a incorporação da dimensão antropológica da cultura, aquela que levada às últimas consequências, tem em vista a formação global do indivíduo, a valorização dos seus modos de viver, pensar e fruir, de suas manifestações simbólicas e materiais, e que busca, ao mesmo tempo ampliar seu repertório de informação cultural, enriquecendo e alargando sua capacidade de agir sobre o mundo. O essencial é a qualidade de vida e a cidadania, tendo a população como foco. (BOTELHO, 2007, p. 110).

Entre cultura e educação, há uma relação natural. A educação é considerada parte da cultura, já que é um segmento que a integra. A cultura é o alimento da educação. O ambiente escolar é o lugar onde acontecem interações culturais, propagação de conhecimento, sendo assim, um lugar de trocas culturais. É nesse sentido que não é possível dissociar cultura de educação, nem tampouco, arte de cultura.

Educação pode ser entendida como um processo, a saber, pedagógico, político e psicológico, o processo ensino-aprendizagem; enquanto a cultura possibilita ser vista como produto que vai sedimentando o conhecimento adquirido e que por sua vez, retroalimenta a percepção educativa pelos valores, objetivos e modos de ser via currículo (BOAVENTURA, 2009, p. 256).

Compreendendo o quanto é enriquecedor associar uma educação de qualidade não dissociando o sujeito da sua cultura e reforçando o acesso desse mesmo sujeito a bens e equipamentos culturais, oferecendo-lhe condições de vivenciar e experienciar a arte e a cultura em que está inserido, bem como compreender a cultura do outro e assim interagir de forma significativa, é que não podemos aceitar e por isso devemos resistir e lutar contra as imposições e ataques sistemáticos que vem sofrendo a educação e a cultura desse país.

POLÍTICAS PÚBLICAS (EM) EDUCAÇÃO (COM) CULTURA

O sistema educacional, suas políticas públicas, sua configuração hegemônica, imobiliza a educação, estabelece um currículo padronizado definindo conteúdos de forma hierárquica e pouco democrática. Além disso, muitas vezes, as cobranças juntamente com a falta de estímulo impostas aos docentes, faz com que estes reproduzam o que vem estabelecido pelo sistema e não percebam que com isso, estão negligenciando as vivências externas dos estudantes, não estabelecendo o diálogo, força motriz no processo ensino-aprendizagem.

Para quebrar as barreiras impostas por este sistema perverso que impera na educação, compreendo o ensino e a potência da Arte na escola como possibilidade para estimular as propriedades subjetivas e humanas da educação. Nesse contexto, Duarte Jr afirma:

A arte é, por conseguinte, uma maneira de despertar o indivíduo para que este dê maior atenção ao seu processo de sentir. [...] Através da arte, pode-se então, despertar a atenção de cada um para sua maneira particular de sentir,

sobre a qual se elaboram todos os outros processos racionais (DUARTE JR, 1994, p.65).

Por não estimular os estudantes a apreciar, vivenciar e experienciar cultura, a escola leva esses sujeitos a uma situação de exclusão social. O estímulo e trabalho positivo é feito a partir do professor mediador, na aula de Arte, mas que ainda assim não é completo pois necessita de ações da escola que dependem por vezes da gestão e por outras tantas vezes de uma política pública em educação, de política cultural atrelada a educação, coisa que na atualidade não acontece devido ao trato do governo federal para as questões em políticas educacionais e culturais no Brasil. Segundo IAVELBERG, “A participação na vida cultural depende da capacidade de desfrutar das criações artísticas e estéticas, cabendo à escola garantir a educação em Arte para que seu estudo não fique reduzido apenas à experiência cotidiana” (2003, p.10).

Como funções sociais, a educação e a cultura administrativamente estiveram juntas por algum tempo: Ministério da Educação e da Cultura, Secretaria da Educação e da Cultura. Porém, na prática, no espaço escolar, essa distância é aprofundada em decorrência da falta de atenção por parte do poder público. A institucionalização da cultura no conjunto das políticas públicas no Brasil, já passou por avanços e retrocessos, igualmente como a educação. Conforme abordado no início deste texto, sobre o que garante a Constituição em termos de acesso à educação e à cultura para todo cidadão, vejamos de forma breve um pouco sobre políticas em educação e cultura no Brasil.

No governo de Getúlio Vargas, foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública e em seguida o Ministério de Educação e Saúde. Em 1953⁴, foi criado o Ministério da Educação

4 Fonte: <http://portal.mec.gov.br/>

e Cultura, após o desmembramento do Ministério da Educação e Saúde. As pastas Educação e Cultura conviveram juntas durante um longo período, trilhando inclusive os tortuosos caminhos da Ditadura Militar.

A década de 1960, foi marcada pelas movimentações estudantis e caracterizada por uma dinâmica cultural em grande parte independente do Estado e até mesmo reprimida por ele [...] em 1966 foi criado o Conselho Federal de Cultura (CFC) (SILVA e MIDDLEJ, 2011, p. 22).

A criação do Ministério da Cultura independente da Educação, começa a ser discutida e projetada no início da década de 1980. Período este marcado por um processo de democratização política motivador de discussões de políticas culturais nos estados, articulando os secretários de cultura, fazendo com que esse contexto demandasse a criação desse que seria o polêmico, àquela época, Ministério da Cultura.

Embora parecesse premente para os secretários estaduais de cultura, houve muitas divergências a respeito da criação de um Ministério da Cultura separado do Ministério da Educação, com avaliações diferentes sobre as possibilidades que esta criação traria no tocante ao aumento dos recursos financeiros para a área (SILVA e MIDDLEJ, 2011, p. 23).

Após muitos debates, polêmicas e interesses a favor e contrários, em 15 de março de 1985, através do Decreto nº 91.144, foi publicada no Diário Oficial da União, a criação do Ministério da Cultura (BRASIL, 1985). Nesse contexto, separados, os Ministérios da Educação e da Cultura, não conseguiram desenvolver cooperações básicas, dando assim, continuidade ao distanciamento que já imprimiam desde o antigo ministério quando eram juntas as pastas. O início dos anos 1990, dada a política do governo Collor, o ministério foi eliminado, juntamente

com suas principais instituições ligadas ao patrimônio e à ação cultural, em seguida ele foi recriado e foi proposta a Lei Rouanet, Lei nº 8.313/1991 (Lei de incentivo fiscal) e, a partir desse momento, ações conjuntas em educação e cultura estiveram cada vez mais sob a responsabilidade de iniciativas particulares. O governo seguinte, de Fernando Henrique Cardoso (1995), veio a consolidar essas leis de incentivo fiscal. “A partir do governo Lula (2003), o Ministério da Cultura – MinC, viria a se estruturar para, além de ser executor de programas, ser um órgão de planejamento, coordenação e avaliação das políticas culturais” (SILVA e MIDDLEJ, 2011, p. 24).

Com o passar do tempo e as alternâncias de poder e consequentes diretrizes políticas, algumas iniciativas significativas viriam surgir, a partir da união das duas pastas, através de acordos firmados estabelecendo metas com o objetivo de promover ações integrando educação e cultura. Conforme Rubim:

De 2013 em diante, os ministérios começaram a superar este esgarçamento por meio de iniciativas conjuntas, a exemplo dos programas Mais Cultura nas Escolas e Mais Cultura nas Universidades, propostas importantes, mas ainda tímidas frente à envergadura da separação existente e às necessidades de cooperação e entrelaçamento demandadas entre cultura e educação (RUBIM, 2019, p.11).

Assim, percebemos que políticas públicas em educação e cultura atenderam a governos com distintas ideias, mas quase nunca com o propósito de servir ao povo, no sentido de formar o cidadão de forma integral. O golpe parlamentar em 2016, que ocasionou o *impeachment* da Presidente Dilma, revelou a implantação de um modelo de desenvolvimento político, econômico e social, organizado nas convicções do capital humano. A escola sustenta uma ideia de preparar o sujeito para o mercado de trabalho que, por sua vez, é reportado ao modelo capitalista

neoliberal. Dessa forma, as reformas educacionais e os acordos entre os Ministérios da educação e da Cultura que foram implantados, mostram que o modelo de educação no Brasil é estabelecido junto aos interesses e às exigências da economia neoliberal global em detrimento, tanto da realidade nacional quanto dos ideais pedagógicos de formação humana. Durante o governo de Michel Temer (maio de 2016 a 1º de janeiro de 2019), foram impostas medidas educacionais a exemplo da BNCC – Base Nacional Comum Curricular⁵, o que evidenciou o processo de aproximação entre escola e mercado, pois, fundações dependentes e financiadas por grupos empresariais, a exemplo da Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, dentre outros, são as principais defensoras da BNCC. Sobre esse assunto Macedo (2014, p. 1533) afirma:

Paralelamente, agentes sociais privados apareciam no cenário da educação, buscando interferir nas políticas públicas para a educação também com perspectivas de maior controle sobre os currículos. Fundações ligadas a conglomerados financeiros como Roberto Marinho, Victor Civita, Ayrton Senna e Lemann, empresas como Natura, Gerdau e Volkswagen, grupos educacionais como o CENPEC e “movimentos” como o Todos pela Educação são alguns dos exemplos.

Ainda que não bastasse os abalos provocados pelas políticas do governo Temer, no atual governo estamos vivenciando um cenário assustador para com as artes, a educação e a cultura desse país. Vivemos sob um governo autoritário que vai de encontro a

⁵ Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2017, p. 7).

ordem democrática, acabando por extinguir conselhos de participação da sociedade civil, ressuscitando a prática da censura em todas as áreas da cultura e da educação, estabelecendo um grande retrocesso nas políticas públicas. Como bem nos mostra Rubim:

Além dessas políticas contra a cultura, a ciência e tecnologia, a educação e a universidade, outras foram implementadas atingindo fortemente direitos sociais, políticos e culturais da população brasileira. O ataque aos direitos veio acompanhado de um dilacerante clima de ódio [...] Este clima atento contra as liberdades e “autoriza” agressões bárbaras, em especial, contra os diferentes e mais frágeis. Certamente este contexto não se mostra salutar para a cultura, ciência, educação, universidade, democracia e sociedade brasileiras (RUBIM, 2019, p. 15).

Completando esse cenário assustador, o Brasil sofre com a crise sanitária mundial, provocada pela pandemia da Covid-19, que escancarou as desigualdades históricas do nosso país. Esse grupo de fatores nos coloca numa posição de vigilância para que continuemos resistindo e lutando e assim, possamos continuar a valorizar as diversas expressões culturais, fortalecendo a nossa cultura como de suma importância para nosso desenvolvimento integral e sustentável.

CONSIDERAÇÕES

Ao refletir a partir do contexto histórico das políticas públicas para a educação brasileira, percebo uma evidente convergência com o aspecto conservador e patrimonialista em que a sociedade brasileira foi construída. Diante desse estudo, entendo que essas políticas em educação, em cultura ou na melhor das intenções em educação e cultura juntas, são o resultado de uma história complexa, esboçada pelos interesses de uma classe elitista e

dominante em prejuízo aos reais interesses de uma classe que é submetida e dominada. Enquanto concluo esse texto, cai mais um ministro da educação desse “desgoverno”. Milton Ribeiro é flagrado envolvido em um escândalo, após revelação de indícios de um esquema de liberação de verbas para prefeituras envolvendo pastores de igrejas evangélicas, com suspeita de improbidade administrativa e corrupção. Sob seu comando, durante a pandemia, o MEC não conseguiu implementar e executar o ensino *online* nas redes municipais e estaduais. Na pauta, a prioridade eram temas completamente irrisórios a exemplo da educação domiciliar (*homeschooling*). Com mais essa “queda” de ministro, fica claro no MEC a falta de continuidade no trabalho de uma pasta tão importante num governo, como é a Educação. Ainda nessa gestão de Ribeiro, o Brasil viu o ENEM viver suas piores crises dentro da sua história.

Diante desse contexto, nos remete o pensamento do Antropólogo e político brasileiro Darcy Ribeiro, “a crise educacional do Brasil da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa. Um programa em curso, cujos frutos, amanhã, falarão por si mesmos” (RIBEIRO, 1986, p.10). O amanhã que Darcy se referiu cabe bem nos dias de hoje. O desmonte que esse “desgoverno” vem fazendo na Educação e na Cultura desse país, evidencia bem esse programa. Um programa perverso de acabar com qualquer sonho promissor por parte dos que mais precisam de educação básica, gratuita e de qualidade. Não pretendo trazer aqui verdades absolutas nem concludentes, portanto, trago considerações provisórias por acreditar que este objeto de estudo é dinâmico, decorrente de um longo processo histórico, intercalado de conceitos filosóficos, estéticos, pedagógicos, visões de mundo e ações educativas e de movimentos e ações políticas. Nestes sombrios tempos em que vivenciamos o reaparecimento de projetos neoliberais que

sustentam a ideologia de diminuição do Estado, abordar temas como a importância de propostas de educação com e a partir da nossa cultura, o acesso a bens culturais, conhecer e valorizar o patrimônio cultural, a partir da escola da educação básica, soa como indignação e resistência.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. *A imagem no ensino da Arte*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

BRASIL. Decreto nº 91.144. Cria o Ministério da Cultura e dispõe sobre a estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências. 15 de março de 1985. Brasília/DF: 1985.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>. Acesso em: 07/04/2022.

BOAVENTURA, E. M. *A construção da Universidade baiana: objetivos, missões e Afrodescendência*. Salvador: EDUFBA, 2009.

BOTELHO, Isaura. *Dimensões da cultura e políticas públicas*. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, v. 15, n. 2, 2007.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

DUARTE JR., João Francisco. *Por que arte-educação?* 14. ed. Campinas: Papirus, 1994.

FORQUIN, Jean Claude. *Escola e Cultura: as bases epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

IABELBERG, Rosa. *Para gostar de aprender Arte: sala de aula e formação de professores*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 19 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MACEDO, Elizabeth. *Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação*. Revista e-curriculum, São Paulo, , v. 12, n. 3, p. 1530-1555, dez. 2014. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/21666>>. Acesso em 07/04/22.

SILVA, Frederico A. Barbosa da e MIDDLEJ, Suylan. *Políticas públicas culturais: a voz dos gestores*. Brasília: IPEA, 2011.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

RIBEIRO, Darcy. *Sobre o óbvio*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

RUBIM, Albino C. *Universidade, cultura e políticas culturais*. Revista de Educação Popular. [S.l.], p.6-17.2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/49021>. Acesso em: 01/04/2022.